

PARECER nº 55967494.2024.LAFEPE - SUJUR

SEI Nº 0060407865.000190/2024-66

I – DA QUESTÃO

Trata-se de procedimento administrativo oriundo da Divisão de Segurança e Saúde do Trabalho – LAFEPE - DISET, vinculada à Diretoria Administrativa e Financeiro – DIRAF, com o objetivo de verificação da legalidade da Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual - EPI's, conforme as justificativa contida no TR (id 55212063), por meio da DISPENSA EMERGENCIAL insculpida no art. 29, inc, XV, da Lei Federal nº 13.303/2016, no valor total de **R\$ 51.732,84 (cinquenta e um mil, setecentos e trinta e dois reais e oitenta e quatro centavos)**, a ser efetivado na forma descrita no Termo de Referência.

Segue o Parecer Jurídico.

II. ANÁLISE JURÍDICA

Noções Gerais sobre aquisições e contratações públicas:

As aquisições e contratações públicas seguem, em regra, o princípio do dever de licitar, previsto no art. 37, inc. XXI, da Constituição, visando isonomia e a busca do melhor benefício para a Administração Pública; contudo, o próprio comando constitucional já enuncia que a lei poderá estabelecer exceções à regra geral, com a expressão “*ressalvados os casos especificados na legislação*”, *in verbis*:

"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações".

Nesse sentido, a Lei Federal n. 13.303/2016, disciplina as situações, em que a Administração Pública pode contratar sem licitação, quais sejam: os casos de licitação dispensável (art. 29) e de inexigibilidade de licitação (art. 30). Em relação à dispensa de licitação, que interessa à presente análise, esclarece-se que essa é possível em casos em que a **competição é viável**, mas a licitação afigura-se **objetivamente inconveniente ao interesse público**. Um exemplo **é o caso de emergência**, "quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares" (art. 29, inc. XV, da Lei Federal nº 13.303/2016).

Trata-se de exceção à realização de procedimento licitatório relevante no cenário atual, considerando que

em face do "enquanto é concluído o processo de aquisição por meio da modalidade pregão de licitação" (SEI 060407865000070/2023-88), foi solicitado aquisição por meio de contratação emergencial. Eis o grande desafio posto à porta do gestor que são obrigados a rever as prioridades constantes no orçamento e agir sob regime de urgência para que não haja descontinuidade do serviço prestado.

Com efeito, diante desse dilema, é necessária a contratação de prestação de serviço rapidamente e, muitas vezes, a demora do processo de licitação não é capaz de proporcionar a compra ou a contratação do serviço no tempo devido, atendendo ao interesse público. Nesse contexto, poderá se materializar o processo de dispensa de licitação, caso se configure a hipótese de emergência (art. 29, inc, XV, da Lei Federal nº 13.303/2016), desde que atendidos os requisitos previstos no Regulamento Interno de Licitações e Contratos do LAFEPE.

O item 4.1 do Termo de Referência descreve a Justificativa para a aquisição emergencial, visando atender Norma Regulamentadora NR 06 – Equipamento de Proteção Individual – EPI, da Portaria 3214/78, da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho - SEPRT, **enquanto é concluído o processo de aquisição por meio da modalidade pregão de licitação (SEI 060407865000070/2023-88):**

"4. DAS JUSTIFICATIVAS DA CONTRATAÇÃO, DO QUANTITATIVO ESTIMADO, DA DIVISÃO POR LOTE E DA INDICAÇÃO DE MARCA.

4.1. Da justificativa da contratação encontramos descrito na Norma Regulamentadora NR 06 – Equipamento de Proteção Individual – EPI, da Portaria 3214/78, da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho - SEPRT, que o empregador é responsável pela aquisição adequada dos EPI's e o fornecimento gratuito dos mesmos aos colaboradores da empresa. Visando atender este requisito legal foi necessário a realização da presente dispensa de licitação enquanto é concluído o processo de aquisição por meio da modalidade pregão de licitação."

Contratação direta com dispensa de licitação em situação emergencial – Art. 29, inciso XV, da Lei Federal 13.303/2016:

Requisitos e/ou elementos condicionadores

Com a previsão da hipótese de dispensa licitatória estabelecida no art. 29, inc. XV, da Lei Federal nº 13.303/2016, nas situações de emergência, a Lei buscou resguardar a efetividade da pretensão contratual, o próprio interesse público. Este, por conta da necessidade de atendimento urgente, seria prejudicado pela natural demora do procedimento licitatório e seus trâmites burocráticos.

Nesse sentido leciona **Ronny Charles**, *in verbis*:

"Tais situações ficam caracterizadas quando há urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, sendo vedada a prorrogação dos respectivos contratos" (TORRES, Ronny Charles Lopes de. Leis de Licitações Públicas comentadas. 6. Ed. - Salvador: Ed. JusPodivm, 2014, p. 243).

A partir do comando expresso do inc. XV, do art. 29, da Lei Federal 13.303/2016, para que se justifique a dispensa de licitação por situação emergencial, foram estabelecidos os seguintes requisitos/elementos condicionadores:

a) urgência no atendimento da situação emergencial ou calamitosa ante a possibilidade de prejuízo ou comprometimento da segurança de pessoas, serviços ou bens públicos ou particulares;

- b) limitar o objeto da contratação aos bens necessários para afastar o risco de prejuízo ou de comprometimento da segurança das pessoas e bens;
- c) prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, ininterruptos e consecutivos, contados da emergência ou da calamidade;
- d) vedação à prorrogação contratual.

a) Ocorrência de situação emergencial ou calamitosa que demande urgência no atendimento:

Veja-se que, nas contratações diretas, a emergência resulta da necessidade de atendimento imediato de interesse público, já que a demora na concretização da pretensão contratual pode frustrar a solução administrativa (TORRES, Ronny Charles Lopes de Leis de Licitações Públicas comentadas. 6. Ed – Salvador: Ed. JusPodivm, 2014, p 244).

Explica **Dotti**:

*"No caso específico das contratações diretas, emergência significa **necessidade de atendimento imediato a certos interesses. Demorar em realizar a prestação produziria risco de sacrifícios de valores tutelados pelo ordenamento jurídico. Como a licitação pressupõe certa demora para seu trâmite, submeter a contratação ao processo licitatório propiciaria a concretização do sacrifício a esses valores. A simples descontinuidade na prestação de serviços não justifica, em tese, a realização do contrato emergencial. Compõem a situação de emergência certa dose de imprevisibilidade da situação e a existência de risco potencial a pessoas ou coisas, que requerem urgência do atendimento"*** (DOTTI, Marinês Restelatto. Contratação emergencial e desídia administrativa. Brasília: Revista da AGU. Ano IV. n 6, abril.2005, p. 112)

Da definição de **Niebuhr** extrai-se o conceito de “*emergência*”:

*"Para os fins de dispensa, o vocábulo emergência quer significar necessidade de contratação que não pode aguardar os trâmites ordinários de licitação pública, **sob pena de perecimento do interesse público**, consubstanciado pelo não atendimento ou prejuízo ao atendimento de alguma demanda social, pela solução de continuidade o prejuízos à execução de atividade administrativa. Com o escopo de evitar tais gravames, autoriza-se a contratação direta, com dispensa de licitação pública"* (NIEBUHR, Joel de Menezes. Dispensa e Inexigibilidade de licitação pública. 4. Ed. rev. e ampl. Belo Horizonte : Fórum, 2015, p. 261.

Não basta que ocorra a situação de emergência. É imprescindível que a situação cause urgência no atendimento por parte da Administração Pública que, se não agir, poderá causar dano ou prejuízo à segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens. É o que JACOBY denomina de “risco” (JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Contratação direta sem licitação: dispensa de licitação: inexigibilidade de licitação: procedimentos para a contratação sem licitação; justificativa de preços; inviabilidade de competição; emergência; fracionamento; parcelamento; comentários às modalidades de licitação, inclusive o pregão: procedimentos exigidos para a regularidade da contratação direta. 10. Ed. rev. atua. Ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2016, p. 270-271).

De acordo com entendimento do TCU, "*nas contratações diretas fundadas em emergência (art. 24, inciso IV, da Lei 8.666/1993)*, cabe ao gestor demonstrar a impossibilidade de esperar o tempo necessário à realização de procedimento licitatório, em face de risco de prejuízo ou comprometimento da segurança de pessoas e de bens públicos ou particulares, além de justificar a escolha do fornecedor e o preço pactuado" (Acórdão 1130/2019- Primeira Câmara, Relator: BRUNO DANTAS).

O gestor deve ter em mente que a urgência deve ser concreta e efetiva, e não simplesmente teórica.

Citando **Justen Filho** (*Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos: Lei 8.666/1993. – 18. Ed. Rev., Atual. e Ampl. – São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019, p. 487.*), por exemplo, não vale simplesmente argumentar que a demora na contratação do serviço ou fornecimento traria prejuízos aos trabalhos do LAFEPE. Se assim fosse, toda e qualquer contratação de serviço ou aquisição se daria por dispensa de licitação – o que não é o caso. Para legitimar a contratação direta com base no inc. XV, é necessário que o Administrador demonstre que **não se pode aguardar o tempo necessário à licitação** para adquirir aquela quantidade determinada do objeto a ser fornecido ou contratar aquele serviço específico para tratar-se de uma continuidade do serviço público, como parece ser o caso.

Para **Jacoby**, ainda, “*é mister que o administrador, ao dispensar a licitação, tenha presente um risco que, com a dispensa da licitação poderá ser evitado*” (*JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Contratação direta sem licitação: dispensa de licitação: inexigibilidade de licitação: procedimentos para a contratação sem licitação; justificativa de preços; inviabilidade de competição; emergência; fracionamento; parcelamento; comentários às modalidades de licitação, inclusive o pregão: procedimentos exigidos para a regularidade da contratação direta. 10. Ed. rev. atua. Ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2016, p. 271*).

Portanto, pode-se concluir que a contratação solicitada pela Divisão de Segurança e Saúde do Trabalho – LAFEPE - DISET, visa atender ao interesse público na contratação, **desde que não haja tempo hábil para realização do procedimento licitatório e respeitados os demais requisitos previstos no Regulamento Interno de Licitações Contrato do LAFEPE, pode ser realizada em caráter emergencial por dispensa de licitação**, devendo ser adotadas imediatamente as providências necessárias para instauração do procedimento licitatório.

Em outra perspectiva, a contratação almejada visa dar continuidade ao serviço público, via de regra, deve ser realizada por procedimento licitatório, salvo hipóteses excepcionais devidamente justificadas pelo gestor.

Em suma, **o gestor deverá justificar**, para o caso concreto, **por que não dispõe de tempo para aguardar a realização da licitação; se existe ata de registro de preços ou contrato em vigor, os motivos de não aderí-la; informar o que possui no estoque (para o caso de aquisição); quais as quantidades necessárias com base na demanda**; em que medida o contrato emergencial é imprescindível para atender a demanda, situação esta *quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens*; por que a contratação direta emergencial é necessária para sanar ou diminuir os prejuízos irreparáveis ao interesse público consubstanciado pelo não atendimento ou prejuízo ao atendimento de alguma demanda de interesse público.

Desta forma, diante das condicionantes acima citadas, e considerando seu conteúdo altamente casuístico, fica realçada a **importância da motivação** dos atos do gestor **na correta aplicação da dispensa de licitação por emergência**. Logo, *"além da descrição detalhada de todas as circunstâncias fáticas que ensejam o tratamento da contratação como emergência, é necessário apresentar documentos que caracterizem a situação"* (*Manual de compras diretas do Tribunal de Contas da União. 4ª edição revista, ampliada e atualizada. 2010, pp. 575-634.*)

b) Limitação do objeto da contratação aos bens necessários para afastar o risco de prejuízo ou de comprometimento da segurança das pessoas e bens:

A doutrina de **Justen Filho** aponta que a dispensa de licitação para contratação emergencial deve ser a contratação adequada e necessária para satisfazer a necessidade apontada pelo gestor, nesse sentido, *in verbis*:

“Em princípio, somente será válida a contratação direta nos estritos limites necessários à satisfação da ordem judicial. Ainda que se reconheça a necessidade de atendimento a outras situações semelhantes, caberá adotar as providências para promover licitação. Essa orientação se aplica

inclusive em vista de necessidades semelhantes renováveis com o passar do tempo. Um exemplo facilita a compreensão. Suponha-se ordem judicial determinando à Administração o fornecimento de um medicamento específico de uso prolongado para um determinado cidadão. Se o prazo estabelecido para o primeiro fornecimento for incompatível com a licitação, a Administração deverá fazer a compra direta. Mas essa contratação deverá tomar em vista apenas as quantidades necessárias ao atendimento à ordem judicial durante o período necessário à realização da licitação” (Ob.. Cit., pp. 496-497).

Em razão disso, sugere-se que o gestor verifique, antes de deflagrar o processo de contratação direta se, por exemplo, há ata vigente com os bens que se pretende adquirir, se é possível aderir à ata de outro Ente Federado. Ou que justifique a inconveniência e inoportunidade de assim fazer. Também é salutar que se tome as medidas preventivas lançando mão da prorrogação dos contratos ainda em vigor, dentre outras medidas administrativas que evitariam a utilização da via da contratação direta.

Ainda sobre necessidade e adequação, a contratação por dispensa baseada na emergência não deve extrapolar os limites do objeto do contrato, ou seja, deve se limitar a adquirir **o indispensável ao afastamento do risco**. Isto deve ficar demonstrado no processo.

O Regulamento Interno de Licitações e Contrato do LAFEPE prevê que na contratação emergencial é necessária que a área demandante cumpra alguns requisitos. Nesse sentido o artigo 140 trás as seguintes orientações, a saber:

"Art. 140. A Área Demandante deve detalhar no processo a situação excepcional de emergência, caracterizando a impossibilidade de instaurar uma licitação pública e, ainda, as seguintes informações adicionais, através de parecer conclusivo:

I. Justificativa para o quantitativo a ser contratado com dispensa de licitação, admitindo-se apenas as parcelas de serviços ou de fornecimento minimamente necessárias para o enfrentamento da situação emergencial e que possam ser **concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta dias) dias, contado da data do fato que deu causa à emergência;**

II. Juntada do contrato anterior, se houver;

III. Informação sobre a existência de processo licitatório em andamento para o mesmo objeto, indicando o estágio em que se encontra e a área no LAFEPE responsável pela condução do processo".

Enfim, como pondera Justen Filho:

“Em última análise, aplica-se o princípio da proporcionalidade. A contratação deverá ser o instrumento satisfatório de eliminação de risco de sacrifício dos interesses envolvidos. Mas não haverá cabimento em se promover contratações que ultrapassem a dimensão e os limites da preservação e realização dos valores em risco” (Ob Cit., p. 489.)

c) No caso de parcelas de obras e serviços, o objeto deve ser concluído no prazo máximo de 180 dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da data de ocorrência do fato tido como emergencial ou calamitoso:

Via de regra, como ensina **Jacoby Fernandes**, *“a compra em caso de emergência ou calamidade, é para pronta entrega ou com exíguo espaço de tempo, mas os serviços podem se protrair no tempo até o prazo máximo de 180 dias, consecutivos e ininterruptos” (Ob Cit., p. 272).*

d) Vedação à prorrogação dos contratos:

Na hipótese de restar escoado o prazo sem o término do processo licitatório em curso, não se admite prorrogação do contrato emergencial, devendo ser efetivada nova contratação direta, se persistir a

emergência.

Neste sentido, o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em consulta que lhe foi formulada referente à possibilidade de prorrogação de contratação emergencial de serviço contínuo de limpeza (coleta de lixo), respondeu que “tratando-se de contratação emergencial, nos termos do inciso IV do art. 24 da Lei n. 8.666/93, o prazo máximo é de 180 (cento e oitenta dias), não existindo possibilidade de prorrogação”

No caso da lei 13.303/2016 esse mesmo prazo de 180 dias se repete, senão vejamos:

*"XV - em situações de emergência, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas **no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contado da ocorrência da emergência**, vedada a prorrogação dos respectivos contratos, observado o disposto no § 2^o"*

A estipulação do prazo máximo de 180 dias também consta no Regulamento Interno de Licitações e Contrato do LAFEPE, *in verbis*:

"Art. 140. A Área Demandante deve detalhar no processo a situação excepcional de emergência, caracterizando a impossibilidade de instaurar uma licitação pública e, ainda, as seguintes informações adicionais, através de parecer conclusivo:

*I. Justificativa para o quantitativo a ser contratado com dispensa de licitação, admitindo-se apenas as parcelas de serviços ou de fornecimento minimamente necessárias para o enfrentamento da situação emergencial e que **possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta dias) dias, contado da data do fato que deu causa à emergência**".*

"Entretanto caso persista a emergência que deu origem à contratação emergencial, o que deverá ser demonstrado, a solução será a celebração de um novo contrato emergencial por um novo prazo, limitado a cento e oitenta dias, e desde que cumpridos todos os pressupostos e formalidades exigidas" (Deliberação PAC00-11/2017 – TC/7371/2015).

Exigências do § 2º do artigo 140 do Regulamento Interno de Licitações e Contrato do LAFEPE:

Cumprir ressaltar que a flexibilização no dever de licitar não implica ausência de processo formal. Ou seja, na contratação direta, é necessário observar o que dispõe o art. 129 e seguinte do Regulamento Interno de Licitações e contrato do LAFEPE que prevê a formalização do processo de dispensa.

Por isso, além dos requisitos/elementos condicionadores acima detalhados, na contratação com fundamento na dispensa do artigo 29, inc. XV, da Lei Federal nº 13.303/2016, também deverá ser observado às exigências do art. 129 e seguintes do Regulamento Interno de Licitações e Contrato do LAFEPE, que estabelece, no âmbito do LAFEPE, as normas e procedimentos para contratação direta,

Diz o § 4º do art. 131, do Regulamento Interno de Licitações e Contrato do LAFEPE que além de se apresentar a justificativa para contratação devem-se apresentar pelo menos 03 propostas de preços, sob pena de publicação de nova publicação do aviso, exceto se houver impossibilidade ou limitação reconhecida no mercado, o que deverá ser expressamente justificado pela área demandante. Essas propostas (as propostas de preço apresentadas) devem conter, necessariamente, o nome da entidade proponente, o número da inscrição no CNPJ, endereço e telefone comerciais, nome e assinatura da pessoa responsável pelo conteúdo e validade da proposta.

Diz o art. 136 do Regulamento interno de Licitações e Contrato do LAFEPE que após a análise e

aprovação, interpretando-se aprovação com a **verificação dos enquadramento** legal apropriado o processo, mediante a emissão de parecer jurídico, e acompanhado dos pareceres de que trata o art. 134, será encaminhado à autoridade administrativa do LAFEPE para autorização final da contratação, por dispensa de licitação.

Prosseguindo, tem-se que o parágrafo único do artigo 134 do Regulamento Interno de Licitações e Contrato do LAFEPE exige que o processo de dispensa seja instruído com: **I - caracterização da situação emergencial, calamitosa ou de grave e iminente risco à segurança pública que justifique a dispensa, quando for o caso; II - razão da escolha do fornecedor ou executante; III - justificativa do preço.**

Por conseguinte, "*mesmo no caso de dispensa de licitação por situação emergencial, é dever da instituição contratante formalizar o respectivo processo, caracterizando a situação, a razão da escolha do prestador de serviço e a justificativa do preço, e publicar o ato de dispensa na imprensa oficial*" (TCU, Acórdão 3083/2007- Primeira Câmara/Relator: MARCOS BEMQUERER); e, no caso específico em análise, a caracterização da situação emergencial já foi abordada acima.

Sobre a escolha do fornecedor, **Justen Filho** defende que esta deverá ser a mais objetiva possível, a fim de não ferir o princípio da isonomia. Deverá ficar evidenciado que, **naquelas circunstâncias, a contratação foi a melhor possível**. Assim, é necessário que existam dados concretos acerca das condições de mercado, da capacitação do particular escolhido etc. Será escolhido o particular cuja atuação traduzir, objetivamente, a melhor alternativa de atendimento à necessidade existente. Significa afirmar que a Administração deverá buscar a maior qualidade e o menor desembolso possíveis, segundo a natureza do interesse a ser satisfeito.

Portanto, cabe ao **gestor justificar a escolha do fornecedor e o preço, a fim de aferir a razoabilidade deste e demonstrar que não há abuso na contratação direta**. Sobre a justificativa do preço, abordaremos em tópico específico.

III - JUSTIFICATIVA DOS PREÇOS

Após exame do Mapa de Cotação, a área demandante, verificou que os preços das Empresas DIMENSIONAL BRASIL SOLUCOES LTDA., PERNAMBUCO DISTRIB ATAC EPIS INSUMOS IND E MRO LTDA., MONTEIRO & FERREIRA LTDA ME e I R NEUTZLING E CIA LTDA., são os mais vantajosos para a Administração e estão dentro dos preços de mercado.

Verifica-se nos autos a pesquisa de preços de mercado junto às empresas do ramo do objeto a ser contratado, objetivando dispor de estimativa do valor da contratação emergencial, conforme planilha demonstrativa de preços possibilitando a autoridade competente decidir sobre a vantajosidade e a economicidade para a Administração, da contratação emergencial que se pretende levar a efeito, em conformidade com o que estabelece o art. 30,§3º, inciso III do Estatuto Jurídico da empresa pública.

Consta a informação de que os recursos para cobertura da presente despesa de contratação emergencial são próprios do Lafepe com informação da disponibilidade orçamentária pelo Diretor Administrativo e Financeiro.

O pleito está devidamente autorizado pela autoridade competente, no caso o Diretor Administrativo Financeiro, conforme a Autorização para Abertura do procedimento de dispensa (id 55834374).

Portanto, **consta dos autos a indicação dos recursos necessários para fazer face às despesas da contratação** nos seguintes valores:

a) **DIMENSIONAL BRASIL SOLUCOES LTDA. - CNPJ 06.913.480/0001-68** - menor preço apresentado para os **Lotes 01 e 02**, no valor total de **R\$ 33.739,34 (trinta e três mil, setecentos e trinta e nove reais e trinta e quatro centavos)**;

b) **PERNAMBUCO DISTRIB ATAC EPIS INSUMOS IND E MRO LTDA. - CNPJ 02.155.469/0009-82**, menor preço apresentado para o **Lote 03**, no valor total de **R\$ 9.408,50 (nove mil, quatrocentos e oito reais e cinquenta centavos)**;

c) **MONTEIRO & FERREIRA LTDA ME - CNPJ 04.070.426/0001-72**, menor preço apresentado para o **Lote 4**, menor preço apresentado para o lote 04, no valor de **R\$ 5.085,00 (cinco mil, oitenta e cinco reais)**;

d) **I R NEUTZLING E CIA LTDA. (PROMETAL) - CNPJ 94.120.821/0001-05** , menor preço apresentado para o **Lote 05**, no valor total de **R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais)**.

Atento aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, entende-se, salvo melhor juízo, que a contratação em tela, na atual circunstância, é a solução que melhor atende ao interesse público, por se revelar como sendo a única medida legal capaz de impedir a paralisação de serviços essenciais.

IV - DA RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR OU EXECUTANTE

A prestação do fornecimento pelas empresas supracitadas é compatível e não apresenta diferença que venha a influenciar na escolha, ficando estas, vinculadas apenas à verificação do critério do menor preço e por terem atendidos todas as condições de habilitação.

Após pesquisa de preços, verificou-se que os preços apresentados pelas empresas DIMENSIONAL BRASIL SOLUCOES LTDA., PERNAMBUCO DISTRIB ATAC EPIS INSUMOS IND E MRO LTDA., MONTEIRO & FERREIRA LTDA ME e I R NEUTZLING E CIA LTDA. (PROMETAL), foram os menores preços ofertados e que estão compatíveis com os preços praticados no mercado, o que fundamentou as escolhas.

V - DA HABILITAÇÃO JURÍDICA E DA REGULARIDADE FISCAL

Nos procedimentos administrativos para contratação, a Administração tem o dever de verificar os requisitos de habilitação estabelecidos no art. 58 da Lei 13.303/2016.

A propósito, há recomendação do TCU nesse sentido:

“Deve ser observada a exigência legal (art. 29, inciso IV, da Lei nº 8.666, de 1993) e constitucional (art. 195, § 3º, da CF) de que nas licitações públicas, mesmo em casos de dispensa ou inexigibilidade, é obrigatória a comprovação por parte da empresa contratada de:

Certidão Negativa de Débito (INSS - art. 47, inciso I, alínea a, da Lei nº 8.212, de 1991);

Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais (SRF-IN nº 80, de 1997); e

Certificado de Regularidade do FGTS (CEF) (art. 27 da Lei nº 8.036, de 1990). Acórdão 260/2002 Plenário.

Resta deixar consignado que as empresas demonstraram habilitação jurídica e regularidade fiscal,

habilitação econômico-financeira e habilitação técnica. As propostas conforme constante nos autos, atendem ao objeto do Temo de Referência.

VI. CONCLUSÃO

A SUJUR manifesta-se pela possibilidade de contratação direta, por dispensa de licitação, com fundamento no art. 29, inc. XV, da Lei nº 13.303/2016, com vistas à contratação emergencial para aquisição de Equipamentos de Proteção Individual - EPI's **do LAFEPE** (item 2.1. do Termo de Referência), **desde** que mantidas todas as condições preestabelecidas e seguidas todas as recomendações exaradas no presente Parecer, nada impedindo, contudo, que a Administração, com fundamento no art. 50, VII, da Lei Estadual n.º 17.781/2000 possa delas dissentir, fundamentadamente.

Além do que se exige na contratação com esse fundamento no art. 29, inc., XV, da Lei 13.303/2016, concomitantemente, seja apurado se a situação emergencial foi gerada por falta de planejamento, desídia ou má gestão, hipótese que, quem lhe deu causa será responsabilizado na forma da lei.

Ressalte-se que, como mencionado alhures, a dispensa emergencial não exime o administrador de formalizar seus motivos, expondo em detalhes o caso, de modo que se recomenda sempre justificar e documentar nos autos cada opção, demonstrando as circunstâncias práticas, obstáculos e dificuldades reais que possam limitar sua ação, **sobretudo em se tratando de contratação emergencial**, em consonância com o regramento estabelecido no art. 22, *caput* e §1º, da Lei de Introdução as Normas do Direito Brasileiro.

Cumprir mencionar ainda que o presente Parecer tem por base os fundamentos contidos no parecer referencial PGE/MS/PAA/ N° 003/2021 utilizado nesse estudo como referencia ao caso concreto.

Diante do exposto, opina-se no sentido da possibilidade jurídica de contratação direta por dispensa de licitação com fundamento no artigo 29, inciso XV da Lei Federal nº 13.303/2016, desde que atendido as condições e recomendações ressalvas nesse Parecer e no Regulamento interno de Licitações e contrato.

É o opinativo, que submetemos à apreciação superior.

Luciana Costa Cunha

OAB/PE 19.286

SUJUR – Superintendente Jurídico



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Costa Anunciação Cunha**, em 19/09/2024, às 08:08, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.pe.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **55967494** e o código CRC **57BE5D8E**.

**LABORATÓRIO FARMACÊUTICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO GOVERNADOR
MIGUEL ARRAES**

Largo de Dois Irmãos, 1117, - Bairro Dois Irmãos, Recife/PE - CEP 51110-130, Telefone: (81) 3183-1100